

# O PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E SUA INSERÇÃO NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES<sup>1</sup>

SOUSA, Raimunda Aurea Dias de<sup>2</sup>  
GOMES, Francielma de Souza<sup>3</sup>

**Resumo** - O presente trabalho tem como objetivo analisar o Programa Institucional de Bolsa e Iniciação à Docência - PIBID como um Programa que inserido na política de formação de professores tem contribuído para uma formação inicial inserida na práxis escolar, no momento em que as políticas educacionais caminham na contramão da melhoria da educação pública, particularmente na licenciatura em Geografia. Como caminho metodológico, essa pesquisa trilhou pelos seguintes eixos de operacionalização: a) organização de uma pesquisa bibliográfica; b) análise de documentos; c) pesquisa de campo realizada conforme a análise qualitativa/quantitativa. Os resultados apontam para a negação do sistema do capital que em seu processo de expansão cria mecanismos para o sucateamento da educação e a formação precarizada dos docentes.

**Palavras-Chave:** Educação; PIBID; Geografia; Estado; Professor.

## Introdução

A formação inicial e continuada dos professores é um dos elementos fundamentais para Educação, que necessita de investimentos que devem ser mantidos conforme menciona o art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no § 1º “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.” Compromisso reforçado no Plano nacional Educação-PNE<sup>4</sup> de 2014, que tem a meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União,

---

<sup>1</sup> O artigo é fruto da dissertação intitulada: O Programa de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID como uma política de Estado na aproximação entre Educação Básica e Educação Superior. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> É professora Associada com título de Livre Docência, colegiado de Geografia e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) da Universidade de Pernambuco – *Campus* Petrolina. Líder do Grupo de Pesquisa em Sociedade e Natureza do Vale do São Francisco (GPVASF) e coordena o Centro de Estudos Agrários (CEA) na mesma Instituição. E-mail: aurea.souza@upe.br.

<sup>3</sup> Graduada em Geografia e Mestre em Educação pelo do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) da Universidade de Pernambuco – *Campus* Petrolina. É professora da Educação Básica em Petrolina - PE e vinculada ao Grupo de Pesquisa em Sociedade e Natureza do Vale do São Francisco (GPVASF). E-mail: fransg90@hotmail.com.

<sup>4</sup> O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024.

os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação, assegurando que todos os professores e as professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

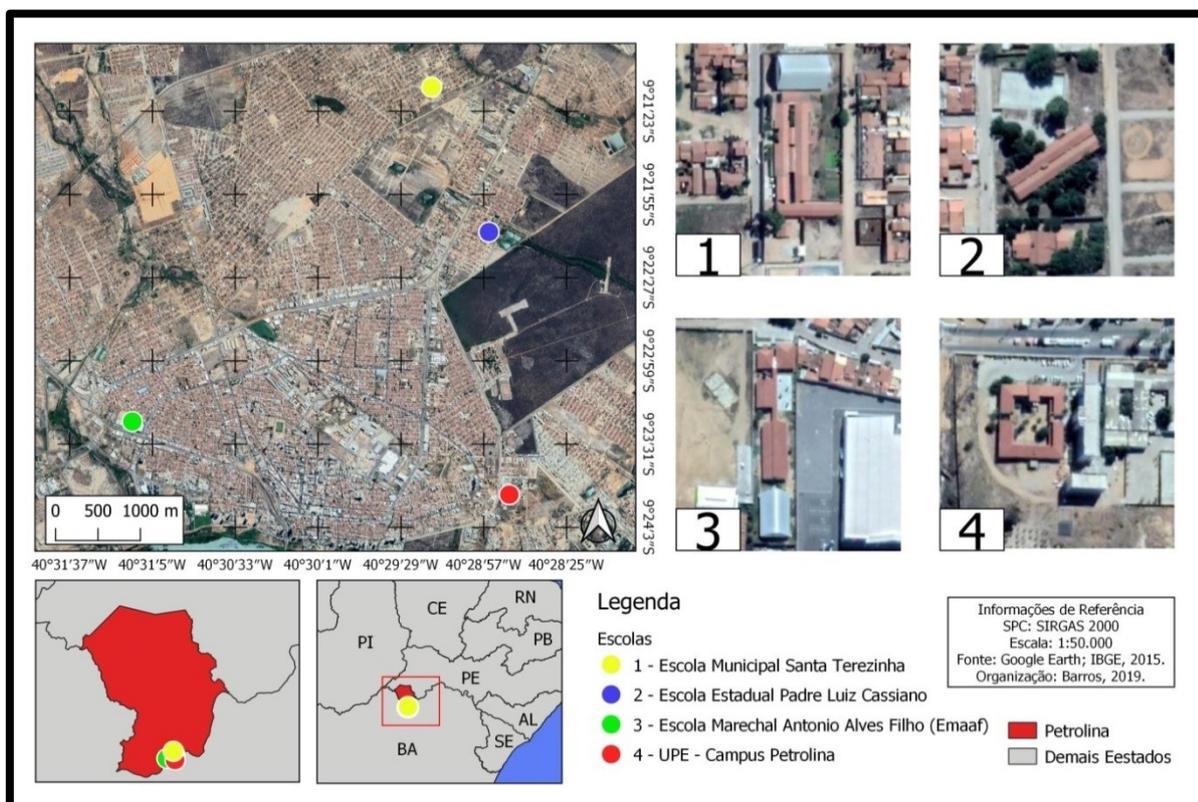
No cumprimento do art.62 da LDB e da Meta 15 do PNE, encontra-se o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), implantado pela Portaria Normativa Nº 38, em 2007, inicialmente, com atuação em áreas com déficit de profissionais e, posteriormente, ampliada e consolidada como Política Nacional de Formação de Professores, tendo como pontos principais: a valorização do magistério, elevação na qualidade da formação inicial de professores, articulando teoria e prática, a inserção do licenciando desde o início da formação no contexto da Educação Básica para que a construção de práticas pedagógicas sejam voltadas para a realidade dos sujeitos que constituem as escolas cujo intuito seja, continuamente, a aproximação da Educação Básica e Educação Superior.

Seguindo essa perspectiva, tem-se procurado compreender, nesse estudo, as contribuições do PIBID na formação de professores oriundos da Universidade de Pernambuco – *Campus* Petrolina, no curso de Geografia, bem como nas relações estabelecidas com a Educação Básica por meio das escolas parceiras<sup>5</sup>, indicadas no mapa 01.

---

<sup>5</sup>A inserção das escolas no PIBID ocorre mediante manifestação de interesse pelo(a) Secretário(a) de Educação em participar seguindo as normas do edital na habilitação das escolas que poderão abrigar os projetos de iniciação à docência que serão desenvolvidos em articulação com as Instituições de Ensino Superior (IES) selecionadas.

## Mapa 01: Área de estudo da pesquisa em Petrolina-PE



Elaboração: Barros, 2019.

A escolha pela UPE *Campus* Petrolina e o curso de Geografia deve-se ao fato da Intuição historicamente, ter formado professores para toda região. Desse modo, a presente pesquisa foi norteadada pelo seguinte problema: 1. Por que o PIBID foi inserido na Política de Formação de Professores para melhoria dos cursos de Formação de Professores, quando o mesmo não atende a todos os/as licenciandos/as? Com base na problemática, traçou-se como objetivo - analisar o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) como um Programa que inserido na política de formação de professores, tem contribuído para uma formação inicial inserida na práxis escolar, no momento em que as políticas educacionais caminham na contramão da melhoria da educação pública, particularmente na licenciatura em Geografia.

Para a viabilização da investigação, procurou-se trilhar os seguintes eixos de operacionalização:

a) Organização de uma pesquisa bibliográfica tendo como critério de escolha autores que tratam de: **experiências do PIBID em geografia em outras universidades**: Girotto (2015); Gatti et al (2014); Locatelli (2018); Sene (2016); Francischett *et al.* (2012); **Educação**: Tardif (2012); Cavalcante (2014); Lessa (2012); Santos Neto (2014).

b) **Análise de documentos** como: editais e regimento disponibilizados pela CAPES no período de 2007 a 2018 para compreender as mudanças ocorridas entre o PIBID anterior e o atual; relatórios de gestão da CAPES que mostram os impactos do programa entre 2009 e 2014; projetos do PIBID Geografia da UPE de 2014 e 2018 para identificar características particulares das ações do programa na Instituição; Projeto Pedagógico do curso de Geografia da UPE/Petrolina; consulta de dados do *Sistema de Informações e Gestão Acadêmica* (SIGA/UPE) no período de 2013 a 2018.

O estudo desenvolvido sinaliza a continuidade já que a construção do conhecimento é processual. Nesse sentido, “a organização, a sistematização de experiências e sua discussão são extremamente importantes e úteis porque mostram, ademais, que qualquer processo de conhecimento eficaz tem que ser social e coletivo,” (NETTO, 2011 p. 4).

### **O PIBID como uma política criada para as licenciaturas**

A educação no Brasil, ao longo dos anos, tem passado por muitas reformas, que promoveram alterações no interior das escolas, dentre elas, a política de formação de professores, especialmente, na formação inicial fornecida pelas universidades na relação teoria e prática.

Nesse sentido, a Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, determinando a carga horária para os cursos de licenciatura, sendo que os componentes curriculares de estágio supervisionado e práticas passariam a ser ministradas em uma carga horária mínima de 800 horas, 400 horas para o estágio supervisionado e 400 horas para os componentes curriculares de práticas, ficando 2.200 horas para componentes curriculares específicos do curso e 200 horas de Atividades Acadêmicas Científicas Culturais. Para (LEANDRO *et al.* 2009, p.06) essas iniciativas:

Apontam para algumas mudanças nas propostas de estágio nas licenciaturas e na relação teoria-prática, colocando, dentre outras questões, a necessidade de ampliação do número de horas/aula dos componentes curriculares envolvidos. É importante frisar que a ampliação da carga horária não representa isoladamente um fator de avanço se estiver desconectada das propostas de articulação entre conteúdos, saberes e práticas entre a universidade e a educação básica.

Para o autor, aumentar a carga horária sem criar condições para uma articulação entre saberes específicos e saberes práticos não garante a consolidação da relação teoria e prática necessária na formação inicial. Corroborando com esse pensamento, Tardif (2012, p.270) alerta que:

A formação para o magistério esteve dominada sobretudo pelos conhecimentos disciplinares, conhecimento esses produzidos geralmente numa redoma de vidro, sem nenhuma conexão com a ação profissional, devendo em seguida serem aplicados na prática por meio de estágios ou outras atividades do gênero. Essa visão aplicacionista de formação profissional, não tem sentido hoje em dia, não só no campo do ensino, mas também nos outros setores profissionais.

As alterações ocorridas nos estágios, mesmo com as contradições das licenciaturas, compreendem que os processos formativos precisam superar os limites da sala de aula, preparando os futuros professores para a realidade do ensino nas escolas. Nesse sentido, segundo Sousa (2013), aponta que as DCNs têm enfrentado sérios problemas em sua implementação com destaque para as dificuldades de estruturação de escola-campo de estágio e no desenvolvimento da quantidade de horas. É dentro desse raciocínio que o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)<sup>6</sup> foi lançado em 2007. De acordo com Francischett *et al.* (2012, p.91) “o PIBID foi instituído em 2009 como política de Estado vinculada a formação de professores em todo o país, por meio do decreto nº 6755.

O programa é administrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que, em 2007, teve sua estrutura reorganizada através da Lei nº 11.502, que determina em seu Art. 2º que a CAPES subsidiará o Ministério da Educação na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de

---

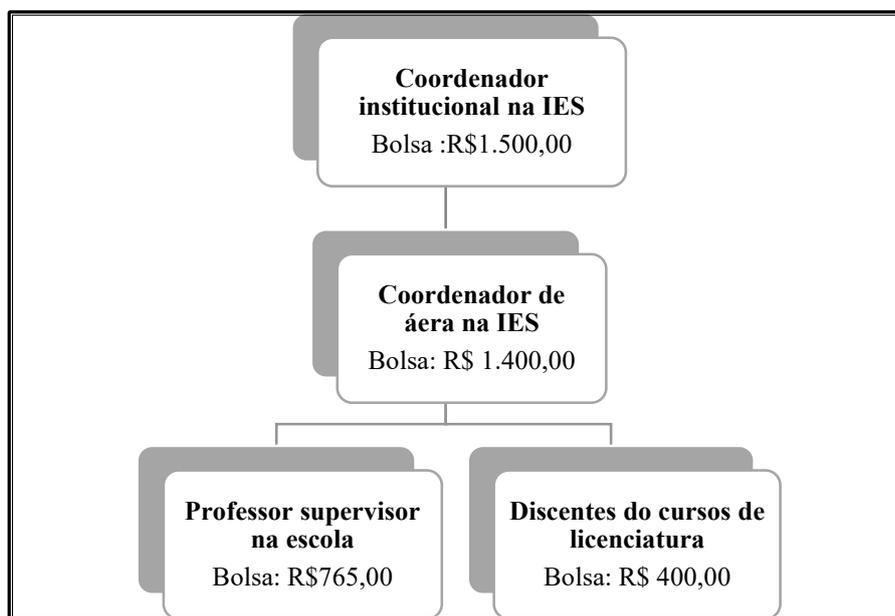
<sup>6</sup> O PIBID é uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação (MEC) que visa proporcionar aos discentes na primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas.

magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. A princípio, o PIBID foi direcionado às Instituições Federais de Ensino Superior, tendo como prioridade de atendimento as áreas de Física, Química, Biologia e Matemática para o Ensino Médio, por serem áreas com déficit de profissionais. Para Girotto (2015, p.91):

[...] O Programa possibilita mudanças na relação entre Universidade e Escola Pública no que diz respeito à formação docente, principalmente na dinâmica entre teoria e prática. O intuito, neste sentido, é permitir uma relação mais horizontal entre os diferentes sujeitos participantes deste processo formativo, bem como reconhecer a escola pública como lugar fundamental para tal formação.

Para ingressarem no programa, as IES elaboram projetos de iniciação à docência obedecendo aos critérios dos editais de seleção publicados pela CAPES. Estão aptas a participarem das seleções IES públicas e privadas, com e sem fins lucrativos, que possuam cursos de licenciatura e que se enquadrem nas exigências do edital. A partir da aprovação das IES, elas recebem cotas de bolsas e recursos para o custeio dos projetos.

Destaca-se que os coordenadores, supervisores e acadêmicos são escolhidos por seleções internas nas IES e recebem bolsas de estudo de acordo com o cargo ocupado como forma de incentivo ao



cumprimento das atividades do projeto. Os cargos e bolsas são organizados conforme mostra a (figura 01):

Fonte: Edital N° 7/2018: Disponível em:  
<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/01032018-Edital-7-2018-PIBID.pdf>.  
Acesso em: 20.04.2019

**Figura 01: Modalidades de bolsas nas IES**

No âmbito das universidades, o coordenador institucional e o coordenador de área são os responsáveis pela gestão do Programa. O segundo é o docente da licenciatura que administra o subprojeto PIBID na IES, acompanhando e orientando as atividades do subprojeto realizadas pelos licenciandos nas escolas; a respeito disso, Giroto (2015, p,52) escreve:

Com a participação no programa, os pibidianos podem ter um contato mais denso, intenso e prologando com a realidade escolar, compreendendo assim as diferentes dimensões que compõe a prática e os saberes docentes. Aos poucos, vão superando a ideia de que teoria e prática são dois momentos distintos, uma vez que o planejamento constante da atividade se dá a partir do diálogo e do reconhecimento das condições reais para a realização da prática docente.

Dessa forma, os supervisores contribuem por acompanhar, elaborar e desenvolver junto com os bolsistas, atividades do subprojeto, estabelecendo um elo entre os licenciandos e a comunidade escolar de maneira que a escola se torne espaço de intervenção das ações pedagógicas a serem desenvolvidas. Autores como Gatti *et al.* (2014); Giroto (2015) e Locatelli (2018) apontam, em seus estudos, o PIBID como um programa de alto impacto na qualidade da formação de professores. Dentre os estudos realizados, o de Gatti *et al.* (2014, p. 29) destaca que:

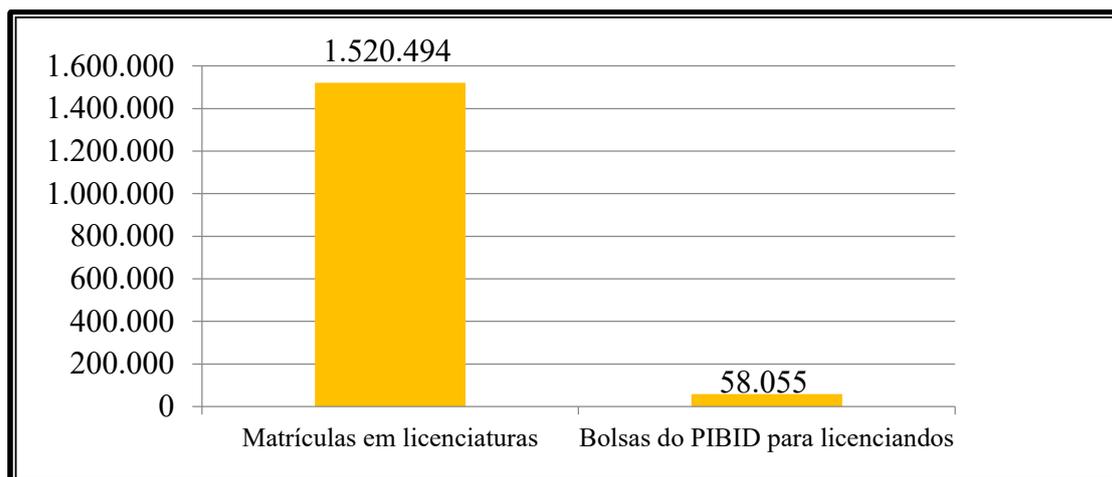
[...] as contribuições e os aspectos considerados importantes propiciados pelo PIBID convergem no valor do contato mais aprofundado, quer dos Licenciandos Bolsistas, quer do CA, com o cotidiano das escolas públicas e o trabalho dos docentes da educação básica. Há ganhos dinâmicos nas relações estabelecidas para todos os envolvidos, pois as idas e vindas, as trocas, os resultados esperados ou não alimentam as reflexões de todos sobre a escola, a sala de aula, as questões didáticas importantes para o dia a dia da educação escolar. Com isso repensam-se aspectos das licenciaturas, das práticas no ensino superior; encontra-se maior sentido na relação teoria-práticas; o pensamento e a ação pedagógica são desafiados. Nessa direção, conhecimentos novos são gerados, a pesquisa é estimulada e toma sentido na vida escolar e em face das teorias. O programa abre espaço para o afastamento de reducionismos, tanto teóricos como práticos.

O PIBID ao mesmo tempo em que, por um lado, é formação inicial para os alunos das licenciaturas, tem a oportunidade de possibilitar as vivências, experiências e iniciação à prática docente; e por outro para os professores das escolas públicas formação continuada, pois reestabelecem seus vínculos com a universidade por meio das atividades realizadas. Já para os professores das instituições de Ensino Superior, a interação com a escola lhes proporciona amplas oportunidades de em conjunto realizarem estudos, pesquisa e extensão.

A ação dos licenciandos e de seus orientadores tem o potencial de elevar a qualidade do ensino nas escolas públicas na implementação dos projetos e ações pedagógicas de intervenção. Cacete (2015) argumenta que essa dinâmica de operacionalização do programa é interessante por proporcionar uma parceria entre universidade e escola básica por meio de um trabalho colaborativo para ambos.

No entanto, apesar de o PIBID atender a uma quantidade expressiva de cursos de licenciaturas, chegando a oferecer **90.254 bolsas, envolvendo todos os participantes** em 2014, não abrange a demanda das licenciaturas. Em 2016, ocorreu a realidade, visível no gráfico 01.

#### **Gráfico 01: Número de matrículas nas licenciaturas e de bolsas do PIBID em 2016**



Fonte: Inep-censo educação superior-2016/Capes-relatório de gestão 2016.  
Elaboração: Gomes 2019.

Os dados dispostos no gráfico 1 mostram que o programa atendia em 2016 - 58.055 estudantes das licenciaturas em faculdades, universidades públicas e privadas de todo o país no período, ou seja apenas 4% de um total de 1.520.494 licenciandos estavam inseridos no PIBID. Para Penteado (2015, p.26), essas “dualidades criadas pelo PIBID por haver estudantes com e estudantes sem bolsa; turmas com e turmas sem estudantes; [...] escolas com e escolas sem PIBID; representam certas fragilidades do programa por promover condições desiguais na formação do licenciando”.

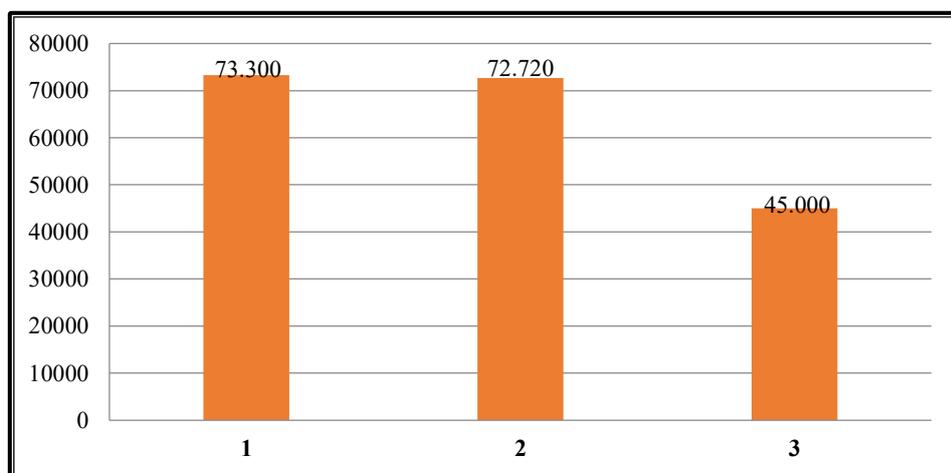
Dessa forma, percebe-se que os objetivos do PIBID enquanto política pública atendem apenas a uma pequena quantidade de professores em formação, o que contribui para a perpetuação da desigualdade na garantia da qualidade de formação e na manutenção da precariedade dos cursos de licenciaturas, bem como a desvalorização da profissão docente. Além do programa já não atender à demanda, vem sofrendo reduções orçamentárias gradativas desde 2015, tendo como justificativa do Ministério da Educação, a redução do seu orçamento; por essa razão, o programa sofre abatimentos tanto do custeio, como das bolsas. Para Locatelli (2018, p.316).

Os aspectos mais evidentes dessa realidade têm se revelado principalmente, pelos seguintes fatos: primeiro pela tentativa de modificar radicalmente a estrutura e a finalidade do programa pela Portaria nº 46/2016; segundo, pela redução dos recursos de custeio e do número de bolsas; e terceiro, pelos sinais de desestruturação enquanto uma política prioritária, tendo em vista o claro “silêncio” ou “desinteresse” da CAPES e do MEC nos últimos tempos.

Em 2016, houve uma tentativa de modificação radical das estruturas do programa pela edição e posterior revogação da portaria nº 46/2016 da CAPES, que expressava em seu texto transformar a natureza do programa de formação docente em ação de reforço escolar em programas como: Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Programa Mais Educação (PME), Programa Ensino Médio Inovador (EMI) e Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM) com o objetivo de melhorar os índices das avaliações nacionais e promover a alfabetização. A referida portaria tinha como intenção transformar o PIBID em reforço educacional nas escolas. No entanto, diante das críticas, a mesma foi revogada antes de entrar em vigor.

Outra ação de enfraquecimento do PIBID são as reduções de recursos para a sua manutenção, algo que vem ocorrendo desde 2014. Segundo Locatelli (2018), nesse período, ocorreram o atraso no pagamento de bolsas, a retenção de verbas de custeio, o fechamento do sistema para inclusão de novos bolsistas e o desligamento de bolsistas de Iniciação à docência que completassem 24 meses no programa. O gráfico a seguir traz um panorama do número de bolsas nos últimos anos, evidenciando as respectivas reduções;

**Gráfico 02: Número de bolsas do PIBID**



Fonte: Relatório de gestão CAPES /2018.

O PIBID do edital nº 07/2018 foi reformulado. Dentre as alterações, destacam-se a eliminação da bolsa para o cargo de coordenador de gestão responsável por gerenciar o programa nas IES; a limitação na participação da Instituição apenas para as que possuem Conceito Institucional (CI) ou Índice Geral de Curso (IGC), igual ou superior a 3 (três); inserção apenas dos discentes matriculados na primeira metade do curso; permanência no programa apenas por 18 meses, diferenciando do antigo, quando o licenciando poderia entrar e permanecer por vinte e quatro meses. O PIBID passou a atender uma quantidade menor não só de bolsistas, como mostra o gráfico 02, mas também de Instituições.

Na contemporaneidade, com a redução dos investimentos na educação atrelada à Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos nº 95, que limita por vinte anos os gastos, é perceptível a perda de espaço do PIBID no conjunto das prioridades do Governo Federal e da CAPES.

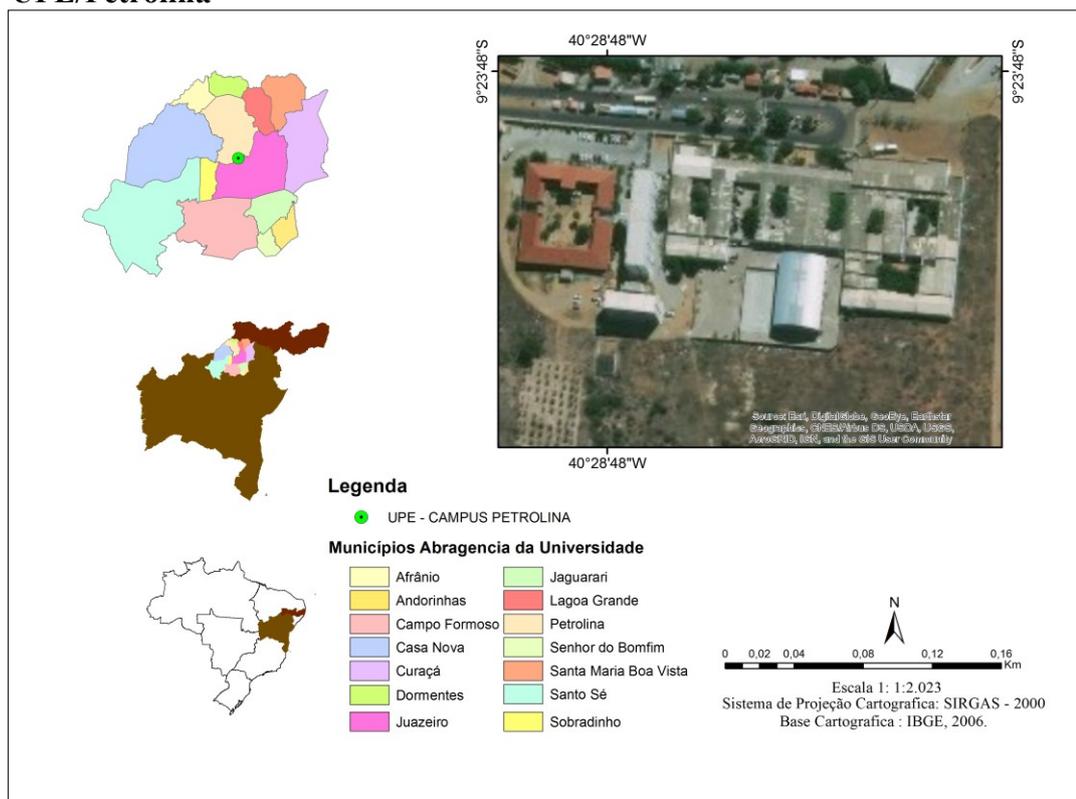
### **O PIBID e a licenciatura em Geografia da UPE/Petrolina**

Quando implantada em Petrolina em 1968, a Faculdade de Formação de Professores de Petrolina (FFPP), hoje Universidade de Pernambuco (UPE), oferecia cursos de Licenciatura Curta (três anos) em Letras, Ciências e Estudos Sociais. A Licenciatura Plena em Geografia nasceu do desmembramento do curso de Licenciatura Curta de Estudos Sociais e foi implantada no *Campus* em 1978 quando foram convertidas em Licenciatura Plena com oito períodos, por meio da Resolução nº 05 de 12.04.1978 e parecer nº 7778 do Conselho Estadual de Educação.

A FFPP realizou seu primeiro vestibular em janeiro de 1979, completando no ano de 2018, cinquenta anos, responsável pela formação de professores nas sete licenciaturas, particularmente Geografia que atende uma demanda de alunos, em sua maioria, oriundos das redes públicas estadual e municipal e é responsável em formar professores para atuar na Educação Básica em vários municípios.

Além de Petrolina, onde está sediado, abrange em Pernambuco os municípios de Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Afrânio, Dormentes. Na Bahia, Juazeiro, Senhor de Bonfim, Jaguarari, Casa Nova, Curaça, Sobradinho, Sento Sé, Campo Formoso e Andorinhas conforme mapa 02.

## Mapa 02: Área de abrangência do curso de licenciatura em Geografia da UPE/Petrolina



Fonte/ Elaboração: LOPES, Rodrigo José de C. 2018.

Segundo Sousa (2016, p.72), “os diferentes Municípios, em diferentes estados da região Nordeste, alcançados pelo curso de Geografia, reforçam o compromisso dos docentes em se preocupar com a geografia que é ensinada que, por sua vez, repercute nas Escolas de Educação Básica [...]”.

Nesse sentido, Sene (2016, p.19) defende que:

O processo de formação docente se dê a partir do estabelecimento da parceria entre universidade e escola, propiciando o intercâmbio entre professores em formação inicial e professores atuantes na rede básica, garantindo um canal de interlocução entre a academia e a escola, bem como a troca de saberes e experiências entre as duas instituições.

Segundo consta em seu Projeto Pedagógico<sup>7</sup>, o Curso de Geografia da Universidade de Pernambuco, ao longo dos anos, vem concretizando a relação ensino-pesquisa-extensão exatamente com criação de dois grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa em Sociedade e Natureza do Vale do São Francisco e o Grupo de Pesquisa Paisagem e Patrimônio Natural, que acompanham as transformações ocorridas no espaço no semiárido nordestino, bem como a inserção do Sertão na escala global.

A formação de qualidade é preocupação visível no PP de Geografia da UPE, que tem como seu objetivo geral: oferecer uma formação acadêmica sólida, com base no tripé: ensino, pesquisa e extensão, para professores de Geografia que atuarão na Educação Básica. Nesse sentido, Souza Neto (2008, p.49) ilustra que:

Pensar o espaço geográfico é a tarefa mais fundamental que os professores de geografia devem realizar junto com seus alunos. Porque só compreendendo essa dinâmica espacial é possível exercitar a cidadania ao relacionar lugares e fenômenos, paisagens e pessoas, processos sociais e transformações naturais.

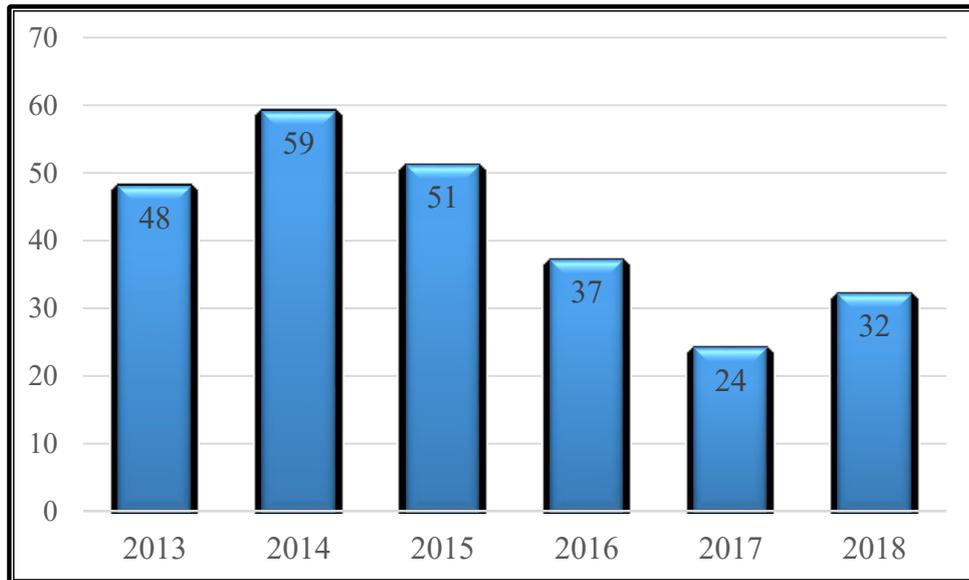
Na relação teoria/prática, o PP (2017) considera os estágios como a continua relação entre ambas, de forma processual capaz de promover a compreensão analítica e problematizadora da práxis, sempre numa perspectiva da formação de um profissional crítico. Para isso, é necessário trabalhar com o ensino, a pesquisa e extensão nos estágios no sentido de romper com a noção de que o conhecimento decorre da transmissão, da linearidade.

Mesmo sendo visível a preocupação da Instituição na manutenção da qualidade da Licenciatura em Geografia, muitos problemas têm limitado a eficácia de suas atividades, dentre eles: o não investimento por parte do Governo do estado com a única universidade pública estadual, o que faz repercutir em: número reduzido de docentes efetivos, a falta de laboratórios para atividades práticas, ausência de transporte para trabalhos de campo, pouco acervo disponível para realização de estudos e pesquisas na biblioteca. Mesmo diante das dificuldades, o curso tem buscado alternativas para oferecer uma formação adequada a seus estudantes. Ao fazer isso, não exime o Estado de sua responsabilidade em assegurar a educação como um dever e direito ao ensino gratuito e de qualidade à população. O gráfico a seguir mostra a quantidade de profissionais formados no curso de Geografia de 2013 a 2018.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.upe.br/petrolina/graduacao/cursos/licenciatura-em-geografia/projetos/>. Acesso em 02.07.2019.

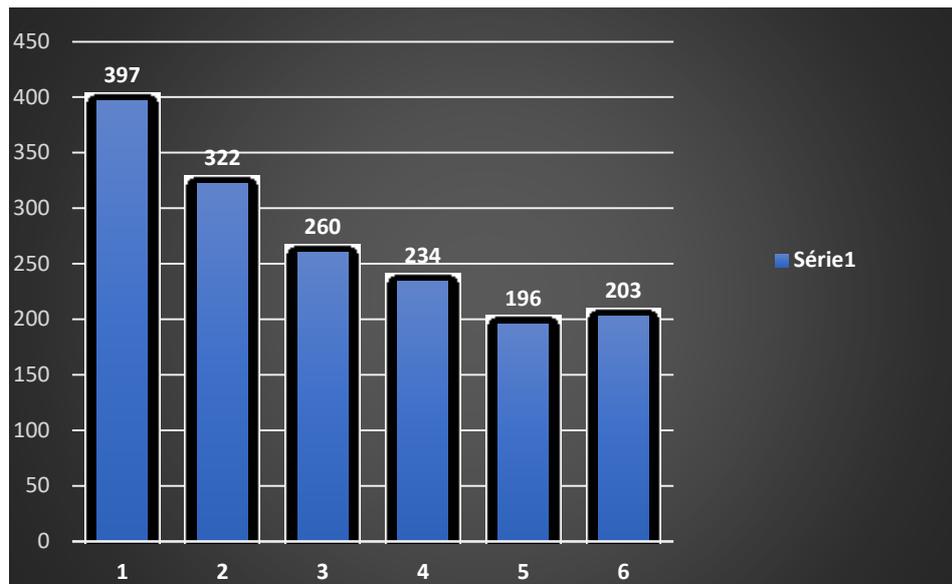
**Gráfico 03: Quantitativo de alunos formados em Geografia na UPE campus Petrolina 2013-2018**



Fonte: Sistema de Informação e Gestão Acadêmica-SIGA-2019  
Elaboração: GOMES (2019)

É notável a queda no número de estudantes concluintes, problema que não se restringe à Licenciatura em Geografia de Petrolina, mas de todo o país. Segundo dados do relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgado em junho/2018 cada vez menos jovens desejam ser professores. O documento aponta que entre 2006 e 2015, a taxa de adolescentes brasileiros de 15 anos que almejavam seguir a carreira docente caiu de cerca de 7,5% para apenas 2,4%; porém, diante da importância da Ciência para a sociedade e do significativo trabalho desenvolvido pelo corpo docente, percebe-se um ligeiro aumento nas matrículas quando se compara o ano de 2017 a 2018 de acordo com a ilustração do gráfico 04.

**Gráfico 04: Alunos matriculados em Geografia 2013-2018**



Fonte: Sistema de Informação e Gestão Acadêmica-SIGA-2019

Elaboração: Cardoso (2019)

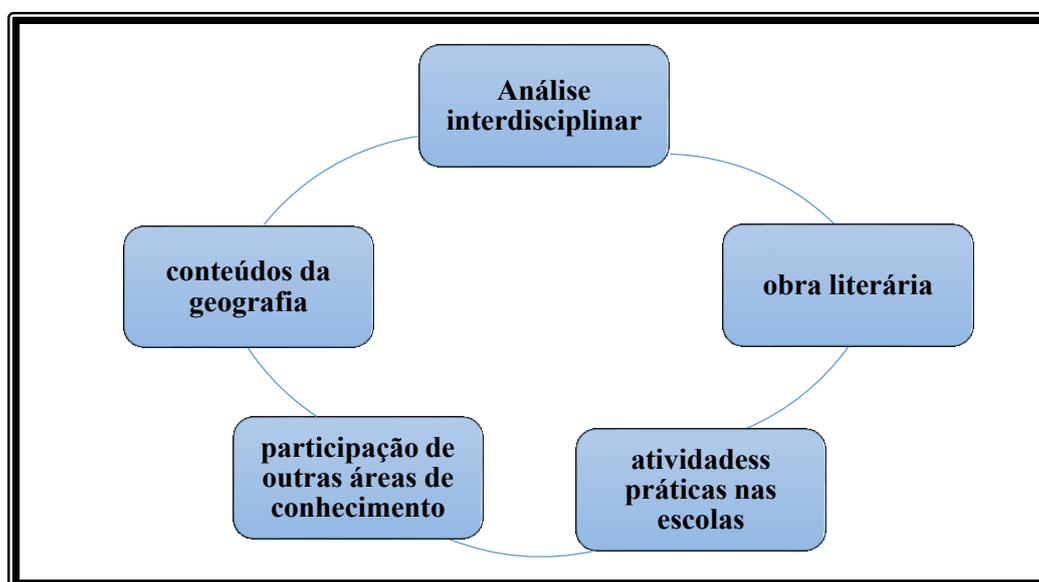
A educação oferecida à classe trabalhadora é utilizada como ferramenta de alienação para a manutenção da desigualdade social, sendo que o Estado tem realizado o tempo todo manobras para transferir a sua responsabilidade em garantir formação inicial de qualidade responsabilizando as instituições formadoras. Um exemplo é a criação do Projeto de Lei nº 1.711 de 26 de março de 2019 que acrescenta o § 4º ao art. 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determinando o quantitativo de alunos que devem ser formados por ano, considerando o número de alunos ingressantes. “§ 4º Serão reorganizados ou extintos os cursos de ensino superior que durante dois anos consecutivos tiverem menos de 50% (cinquenta por cento) de formandos em relação ao número de vagas ofertadas ao término de cada ano”. ( p.01).

O documento enfatiza que as universidades recebem altos investimentos para formação de professores e alega que nem metade dos estudantes que ingressam na graduação conclui o curso; por essa razão, afirma que é preciso reduzir a autonomia das Instituições que insistem em manter cursos obsoletos, ressaltando que os recursos financeiros devem ser destinados àqueles que tragam retorno à sociedade.

Ao analisarmos o texto argumentativo em defesa do PL nº 1.171, podemos identificar algumas contradições: **primeiro** sabemos que, desde 2015, tem sido realizadas duras reduções nos investimentos em Educação Superior, isso tem limitado a qualidade da formação docente; **Segundo**, mesmo enfrentando problemas com falta de recursos, se tratando especificamente da

UPE/Petrolina-PE a mesma tem formado um número significativo de professores na área de Geografia conforme mostra o gráfico 03.

Em 2014 o curso de Geografia e demais cursos de licenciatura da UPE passaram a contar com o projeto do PIBID. A fim de melhor preparar os estudantes para a docência, os licenciandos realizavam atividades via Projeto institucional “Múltiplos Olhares: relação sertão/natureza por meio de obras literárias”, que tinha como importante ferramenta de trabalho obras literárias, pelas quais eram desenvolvidos projetos e ações interdisciplinares na sala de aula entre alunos, bolsistas e supervisores de diversas áreas do conhecimento.



Fonte: Projeto PIBID interdisciplinar Relação Sertão Natureza por meio de obras literárias, 2014.

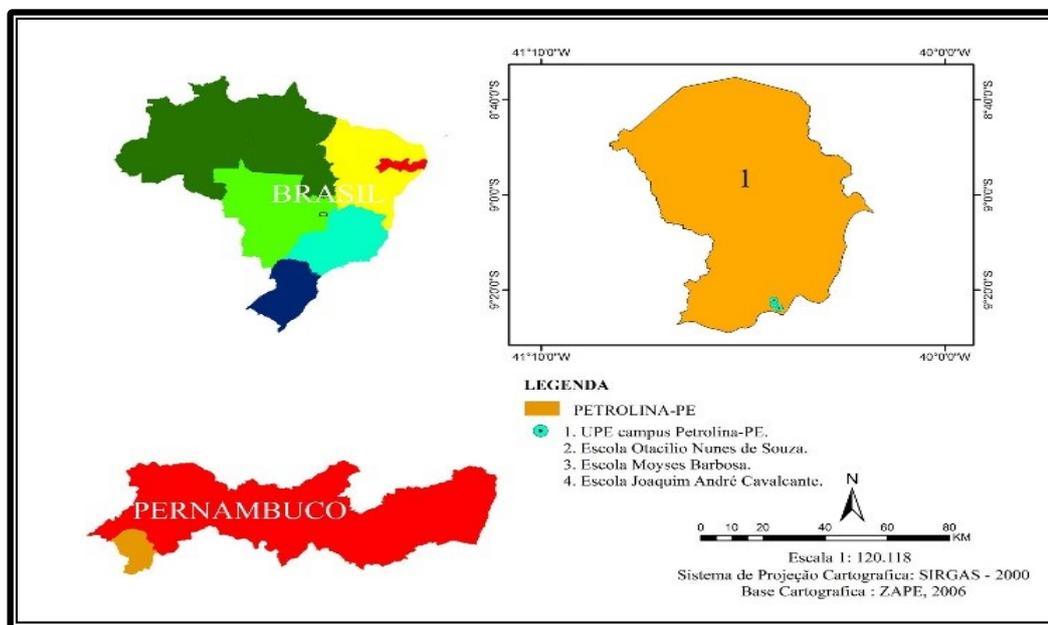
Elaboração: GOMES (2019).

**Figura 02: Elementos do Projeto institucional: Múltiplos Olhares: relação sertão/natureza por meio de obras literárias PIBID 2014**

O programa foi implantado na Universidade após a iniciativa de um grupo, envolvendo professores de várias áreas de formação que construíram um subprojeto direcionado aos alunos graduandos dos Cursos de Licenciaturas: Geografia, História, Matemática, Letras-Português, Letras-Inglês e Ciências Biológicas. O subprojeto interdisciplinar envolveu 120 alunos licenciandos, 11 professores, supervisores da Educação Básica, 6 professores coordenadores de área que atuavam na Educação Superior da UPE, *Campus/Petrolina-PE* e 03 escolas estaduais

localizadas na cidade de Petrolina-PE. O projeto permaneceu até março de 2018, quando foi encerrado pela CAPES.

**Mapa 03: localização das instituições participantes do PIBID interdisciplinar 2014/2017**



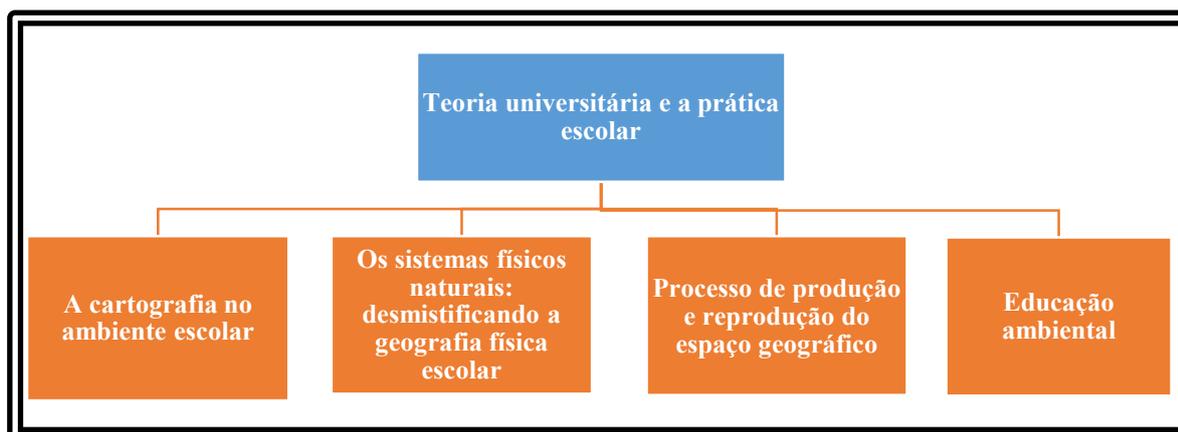
Fonte: Pesquisa de campo 2016.  
Elaboração: LOPES, R.J.C. 2018.

O mapa 03 destaca as instituições envolvidas no PIBID em 2017. Em agosto de 2018, foi implantado o “novo PIBID” que teve seu lançamento em 2017 segundo a normativa da política de formação de professores, já mencionado anteriormente. O Programa sofreu várias alterações em relação ao último edital. As bolsas em todas as universidades diminuíram e na UPE/Petrolina, das sete licenciaturas apenas duas permaneceram com o Programa, porque se reduziu o número de vagas por universidade. Apenas os cursos de Geografia e Pedagogia mantiveram as bolsas, os demais cursos tiveram suas bolsas suspensas por não atenderem aos critérios do novo edital. Com a continuidade do Programa em 2020, o curso de Geografia não foi contemplado, pois já não atende uma das regras do edital relacionadas a nota mínima de 3,0 no Conceito Institucional (CI) ou Índice Geral de Curso (IGC), na última avaliação a licenciatura em geografia ficou com nota 2,0.

Um projeto único foi executado nos dois *Campi* - Petrolina e Garanhuns, alinhado aos objetivos do PIBID, que buscava melhorar as condições da formação para o magistério por meio

de uma aproximação dos licenciandos da primeira metade do curso com o cotidiano das escolas. O referido projeto trabalha de maneira que os mesmos possam interagir com a rotina da escola de forma coletiva e interdisciplinar mediante desenvolvimento de atividades como: oficinas pedagógicas, produção de materiais didáticos e realização de intervenções pedagógicas dinâmicas, seguindo as linhas gerais do atual projeto.

**Figura 03: Linhas gerais do Projeto Institucional PIBID-UPE**



Fonte: Projeto Institucional do PIBID de geografia da UPE, 2018.  
Elaboração: GOMES (2019).

A primeira linha de estudo busca discutir em seminários a teoria universitária e a prática escolar de maneira que possa preparar o licenciando para a realidade do ensino nas escolas. Segundo Moreira (2014, p.153):

O exercício do magistério é atomizado na geografia universitária e necessariamente integrado na geografia escolar [...] perguntar se a geografia tem sentido não é algo com que a geografia universitária se ocupe com frequência, mas é principalmente o cotidiano de vida da geografia escolar, a sociedade está ali dentro da escola indagando o seu professor sobre isso. O que reserva papéis diferentes a uma geografia e outra na tarefa de observância dos fundamentos.

Após conhecer e refletir sobre o espaço de atuação, os pibidianos devem construir um projeto para execução das atividades que estejam relacionadas a uma das outras quatro linhas norteadoras, embasados nos conhecimentos teóricos sobre a prática na escola.

As atividades dos projetos são desenvolvidas nas escolas parceiras do PIBID: Escola Municipal Santa Terezinha, Escola Estadual marechal Antônio Alves Filho e Escola Estadual Padre Luiz Cassiano.

É importante ressaltar que, mesmo mantendo suas atividades e projetos, a UPE vem sofrendo cortes em seu orçamento, que tem inviabilizado qualquer perspectiva de melhora na formação e resolução de alguns dos problemas que afetam diretamente essa formação. Em nota<sup>8</sup>, o *Campus* aponta a dificuldade em manter suas atividades devido ao déficit orçamentário pelo qual vem passando, e a falta de profissionais, tanto de professores como de técnicos administrativo. Essa realidade mostra a importância com que o Estado direciona a educação, particularmente, uma instituição que tem formado professores durante esses cinquenta anos.

### **O ser professor de geografia em um momento de desvalorização da educação**

Ser professor na atual conjuntura envolve desafios como o processo de desvalorização, baixa remuneração, pouco reconhecimento da profissão na sociedade e péssimas condições de trabalho. Têm sido recorrentes as investidas do Governo em colocar os professores contra a sociedade, responsabilizando-os pelos problemas educacionais. Esse posicionamento não leva em consideração que para desenvolver seu trabalho com qualidade, o professor necessita de um conjunto de elementos que faltam na educação brasileira, condições básicas como: infraestrutura ainda precária nas escolas, bibliotecas, ausência de laboratórios, salas de aulas superlotadas. A educação não tem sido prioridade porque segundo, Lessa (2012, p.37):

Na sociedade capitalista, a educação assume a função social conservadora, repressora, da Escola, reafirmada cotidianamente [...] O predomínio da concepção conservadora de mundo faz com que a crise da escola seja reconhecida e, ao mesmo tempo, para sua superação sejam propostas alternativas inviáveis, parciais e reformistas, que não se dirigem à essência no problema.

---

<sup>8</sup> Nota de Esclarecimento Da Direção Da UPE *Campus* Petrolina Sobre Situação Orçamentária Da Universidade. Disponível em: <http://www.upe.br/petrolina/nota-de-esclarecimento-da-direcao-da-upe-campus-petrolina-sobre-situacao-orcamentaria-da-universidade/>. Acesso em 02.07.2019.

A análise do autor coincide com o momento da educação pelo qual passa o Brasil na atualidade. Destaca-se a materialidade imposta pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que, segundo seus idealizadores, é um documento para nortear o que é ensinado nas escolas do Brasil inteiro, englobando todas as fases da educação básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, já que, segundo ela, é promoção da igualdade de oportunidade. A BNCC vinha em discussão desde 2015 e foi homologada em 2017 para o Ensino Fundamental e, em 2018, para o Ensino Médio. Nesse pacote de mudanças na educação, posteriormente, em 2018 também foi lançada a nova política de formação de professores com o novo PIBID e o Programa Residência Pedagógica<sup>9</sup> que devem desenvolver ações alinhadas à BNCC. Para o MEC, o novo currículo implantado nas escolas trará a resolução de problemas como qualidade e equidade.

Para a implementação da Base, a questão orçamentária, a desvalorização da profissão docente, a infraestrutura das escolas e outros problemas estruturais não têm sido levadas em conta na garantia dessa “qualidade e equidade”. Com isso, a educação que já vinha sofrendo cortes agressivos desde o Governo Michel Temer, segue apresentando um quadro grave, uma vez que o atual presidente Jair Bolsonaro determinou o bloqueio de 30% dos investimentos da educação, o que significa desvalorização da educação pública e abertura para iniciativa privada.

Deve ser ressaltado, que o contingenciamento de gastos orçamento da educação conduzirá a cobranças de taxas para que as universidades sobrevivam. As reduções incluem o fechamento de cursos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, como é o caso de Filosofia e Sociologia. A atitude coaduna com a política do Banco Mundial (BM) para o Educação nos países subdesenvolvidos. Ao analisar o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial em 1980, Vior e Cerruti (2014, p,11) destacam as intenções da organização:

Encontrar maneiras mais econômicas de financiar os sistemas educativos, como estabelecer cursos por correspondência para os níveis médio e superior, e para a formação de docentes; cobrar tarifas nos níveis médio e superior, desenvolvendo, ao mesmo tempo, um sistema de bolsas; aumentar a proporção de alunos por professor, considerando aceitável uma razão de até cinquenta alunos por sala; e maximizar o uso dos recursos de infraestrutura e

---

<sup>9</sup> O Programa é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores com o objetivo de aperfeiçoar formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso.  
Fonte: <https://www.capes.gov.br/36-noticias/9047-programa-residencia-pedagogica-inicia-pagamento-de-bolsas>.

dos docentes, incorporando, por exemplo, mais de uma série por sala. Para a América Latina, a recomendação era precisa: a oferta do nível primário poderia ser expandida se a educação superior fosse financiada com o pagamento de taxas por parte dos estudantes.

A justificativa do Ministro Abraham Weintraub no bloqueio de 30% nos orçamentos de todas as Universidades e Institutos Federais é o fortalecimento da Educação Básica; contudo, para além do Ensino Superior, o congelamento de gastos no MEC afeta também áreas da Educação Básica. Nesse sentido, o contingenciamento de gastos, poderão impactar diretamente programas e ações que financiam, desde livros didáticos ao transporte escolar nos municípios.

Quanto ao seu posicionamento sobre as Ciências Humanas no caso Sociologia e Filosofia, o Ministro só vem reforçando o que já está presente nos currículos, ou seja, prioridade da maior carga horária para algumas áreas em detrimento de outras. Nas avaliações externas, as redes privilegiam, nas matrizes curriculares e nos programas de formação docente, o ensino de Língua Portuguesa e de Matemática e mais especificamente dos conteúdos cobrados em avaliações como Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Prova Brasil, Sistema de Avaliação Educacional (SAEPE).

As demais áreas do conhecimento, especialmente, a Geografia, não recebe a atenção devida pelo Estado em virtude de constituir parte das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas compreendidas como o conjunto de ciências que estuda o comportamento humano ensinando-os a pensar, quando, em uma sociedade capitalista, o essencial para o indivíduo é a produção. Assim, para atender à demanda de reprodução do sistema capitalista “o Estado determina o que e como será aprendido pelos alunos; o Estado determina os critérios de aprovação; o Estado determina quais necessidades na escola serão atendidas e quais não serão” (LESSA, 2012, p.38).

Nesse contexto, as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, têm sofrido censuras do atual Governo e de conservadores que acusam os professores dessas áreas de conhecimento de serem doutrinadores de ideologias políticas, como maneira de criminalizar e intimidar aqueles que tenham posicionamento crítico na sala de aula; por isso, temos visto o fortalecimento do “Programa Escola Sem Partido” desde 2015, projeto de Lei nº 246 que trata entre seus princípios da neutralidade política, ideológica na aulas e da autorização para os alunos gravarem as aulas. Na concepção de Alencar (2017, p.137):

[...] o referido projeto interfere diretamente no trabalho docente, no que diz respeito aos conteúdos abordados em sala de aula, sobretudo nas ciências humanas. No caso da geografia, temas como estrutura e reforma agrária, movimentos sociais e desigualdades sociais, econômicas e culturais passarão por censura em caso de aprovação do projeto. Do ponto de vista da gestão do espaço escolar, o combate à práticas opressoras (racismo, machismo, homofobia, dentre outras), também sofrerá interferência direta.

Dentro dessa concepção, os grupos que defendem esses projetos passaram a intimidar os professores nas universidades, como se tratar dos aspectos sociais fosse um problema para o progresso da educação.

A Geografia é uma área de conhecimento de grande importância no processo de formação do indivíduo, proporcionando-lhe conhecimentos relacionados à leitura de mundo, à compreensão da realidade na qual está inserido, contribuindo para o desenvolvimento do seu raciocínio crítico, para a reflexão política e para a compreensão do contexto histórico no qual está inserido de maneira que possa identificar as contradições presentes na sociedade atual. Todavia, como afirma Cavalcante (2014, p. 24):

A finalidade de ensinar Geografia para crianças e jovens deve ser a de os ajudar a formar raciocínios e concepções mais articulados e aprofundados a respeito do espaço. Trata-se de possibilitar aos alunos a prática de pensar os fatos e acontecimentos, enquanto constituídos de múltiplos determinantes.

Mesmo diante da importância do conhecimento geográfico, os professores de Geografia e a Geografia como componente curricular, vivem um momento de desvalorização, que tem repercutido inclusive nos cursos de licenciaturas, como o da Universidade de Pernambuco *Campus/Petrolina-PE* que, até por volta do ano 2012, contava com duas entradas de sessenta alunos em cada uma. Atualmente, continua com duas entradas de trinta e cinco alunos nos turnos matutino e noturno; contudo, nas duas entradas, não alcança o quantitativo de vagas abertas; o gráfico 04 mostra que de 2013 para 2018 houve uma redução de 48% nas matrículas.

Com a Geografia permanecendo no Ensino Fundamental como anteriormente, na reforma do Ensino Médio, a mesma será contemplada no eixo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas que envolve História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Os conteúdos devem ser determinados com base nas competências e habilidades direcionadas ao conjunto de disciplinas do eixo citado e não para cada uma das disciplinas especificamente. Essas mudanças têm influenciado de alguma forma, na atualidade, os jovens a não escolherem a licenciatura em

Geografia por medo de não conseguirem trabalho. Isso também tem provocado insegurança, pois o mesmo já lida com uma carga horária diversificada, tendo que atuar como docente de outras áreas de conhecimento como artes, religião etc. quando a escola é pequena.

Nesse contexto, Giroto (2017) chama a atenção para a necessidade de entendermos a articulação existente entre a elaboração da BNCC e os interesses de grupos econômicos sobre a educação brasileira no momento atual. Para o autor, isso fica evidente pela participação do Banco Mundial e de entidades representantes do setor empresarial brasileiro que estão à frente da elaboração da Base mediados por grupos: “Todos pela Educação”, capitaneado pelo Itaú, Gerdau e Fundação Roberto Marinho e da “Fundação Lehman” - do empresário brasileiro Jorge Paulo Lehman<sup>10</sup>. O que une esses grupos é a difusão de uma concepção empresarial de educação, sem professores da Educação Básica, mas da gestão econômica, com experiências no setor privado e em organismos internacionais, entre eles, o Banco Mundial.

Na formação de um ser social, o professor de Geografia tem o importante papel de trabalhar a Geografia na qual o aluno está inserido, ou seja, considerar a realidade do estudante para que ele possa se perceber no contexto, construindo o olhar para si, para que se torne um indivíduo ativo na luta pela conquista e manutenção dos seus direitos.

Assim, a formação inicial precisa preparar o professor de Geografia para a sua atuação na docência tanto no domínio de conteúdos como no desenvolvimento de práticas que possibilitem ao estudante estabelecer uma relação entre o conteúdo estudado e sua realidade social. Para Souza Neto (2008, p.26), “se a formação profissional for desqualificada, os professores tenderão a ver nos livros didáticos e nos currículos prescritos a sua tábua de salvação e reproduzirão exatamente aquilo que está colocado às páginas”.

## **Considerações Finais**

A formação inicial do professor é de suma importância na sua vida profissional, pois ele apreende conhecimentos necessários à sua prática e com a experiência na escola, ou seja, teoria

---

<sup>10</sup> Empresário que tem o controle de grandes companhias como a Kraft Heinz, o Burger King e a maior cervejaria do mundo: a AB InBev. A educação tem se tornado alvo de investimento para Lehman, que é um dos fundadores da Escola eleva de ensino privado em São Paulo. Disponível em: <https://gq.globo.com/Prazeres/Poder/noticia/2017/02/eleva-jorge-paulo-lemann-quer-criar-melhor-escola-do-brasil.html>.

e prática se unem, o que requer cada vez mais estudos, uma vez que a prática passa a ser determinante no desdobramento de novas ações.

Dentro desse contexto, há uma necessidade contínua de formação de professores que não se encerra no término dos cursos de licenciaturas, ressaltando a necessidade do Estado assumir políticas que viabilizem o fortalecimento da educação tanto na formação inicial como continuada.

Nesse sentido, o PIBID ganha uma dimensão maior, pois dentro da política nacional de formação de professores passou também a ser assumido pelo Estado se tornando uma política de Estado. Sua importância também está atrelada ao cumprimento da meta 15 do Plano Nacional de Educação que tem entre as estratégias determinadas pela lei nº 13.0005 de 2014 a “ampliação de programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica.”

Embora o PIBID esteja dentro dessa dimensão maior com bons resultados, o Programa passa por instabilidades que têm dificultado sua efetivação como política de Estado devido às recorrentes revogações e alterações de decretos e portarias, que regulamentam a sua manutenção, pois, o próprio Estado que o criou e que mantém o discurso de que o PIBID é uma política de fortalecimento da docência, tem demonstrado dificuldades em manter o que está na LDB no art. 62 por ter alto custo. Atualmente, sabe-se que ele está garantido com início de um novo projeto em 2020.

Diante das duras críticas de grupos como Fórum de Coordenadores Institucionais do PIBID-FORPIBID e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação-ANPED, o programa foi mantido com algumas alterações após ser interrompido de março a julho de 2018. Durante o período em que o PIBID esteve suspenso para a elaboração do novo edital, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou uma pesquisa através de e-mails enviados a todos que participaram do programa com perguntas sobre sua importância na formação, mas o resultado não foi divulgado.

É perceptível que a finalização do PIBID desconsidera os debates e as experiências acumuladas na área que defendem a sua permanência e ampliação, preferindo a configuração de projetos e programas transitórios, os quais são movidos de acordo com a variação do volume de recursos orçamentários considerados pela agenda de prioridades estabelecidas pelo governo

e não pela importância destas políticas na elevação da qualidade da educação. Assim, observa-se que existe um distanciamento entre o discurso de qualidade na educação proferido pelo Governo e sua atuação na manutenção dessa qualidade.

Contribuir para formação de bons professores deveria ser função do Estado, garantindo o que determina a Lei Nº 9.394/1996, direito à educação de qualidade. A omissão do Estado na Educação tem gerado constantes críticas por partes dos pesquisadores que defendem a educação de qualidade. Em respostas a essas críticas, são implantadas políticas paliativas como o PIBID que, para maior impacto, deveria ser ampliado.

Assim, inserido na lei 9.394/1996, defende-se aqui o PIBID enquanto política de Estado na qual os governos apresentam resistências na sua manutenção. Por essa razão, vive-se intensamente a tensão entre o término do programa, sua continuidade e a não materialização das leis que, estão a serviço do Governo e não do direito adquirido pela população.

## **THE PROFESSIONAL INITIATION PROGRAM AND ITS INSERTION IN THE TEACHER TRAINING POLICY**

**Abstract** - The fortification of geography education via PIBID (Programa de iniciação à docência – teacher initiation program) has raised reflections on the need for teacher education policies. Within this context, the present work aims to analyze the Institutional Program of Scholarship and Initiation to Teaching - PIBID as a Program that inserted in the teacher training policy has contributed to an initial formation inserted in school praxis, at the moment when educational policies go against the improvement of public education, particularly in degree in Geography. As a methodological path, this research has followed the following operational axes: a) organization of a bibliographic research; b) document analysis and c) the field research carried out as based on the qualitative / quantitative analysis. The results point to the denial of the capital system that in its expansion process creates mechanisms for the scrapping of education and the precarious formation of teachers.

**Keywords:** Education; PIBID; Geography; State; Teacher.

### **Referências**

ALENCAR, Diego Pinheiro. EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: o caso do projeto escola sem partido. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*. Campinas, v. 7, n. 14, p. 127-140, jul./dez., 2017.

BRASIL. **Projeto de lei nº 1.171. de 26 de março de 2019**. Acrescenta o § 4º ao art. 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=E1EE6C28CD563A64F90ECFD7C629AA38.proposicoesWebExterno2?codteor=1734191&filename=Avulso+-PL+1711/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E1EE6C28CD563A64F90ECFD7C629AA38.proposicoesWebExterno2?codteor=1734191&filename=Avulso+-PL+1711/2019) >. Acesso em 12 de set, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.** Resolução CNE/CP N° 2, de 01 de Julho de 2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.**2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 28.10.2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm)>. Acesso em 20 de set,2019.

BRASIL. **LEI Nº 11.502/2007.** Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPE. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111502.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111502.htm)>. Acesso em: 23 de Maio. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CAVALCANTE, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento.**18º ed. Campinas-SP. Papirus. 2014, p.24.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi; GIROTTO, Eduardo, Donizete; MORMUL, Najla. Mehanna. O Pibid como política pública de permanência no ensino superior e de formação de professores: um estudo de caso. **Revista Educere Et Educare.** Vol. 7 nº 13, set/2012.

GATTI Bernadete Angelina; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso; GIMENES, Nelson Antonio; FERRAGUT, Laurizete. **Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).** Fundação Carlos chagas. São Paulo,2014.

GIROTTO. Eduardo Donizeti. Dos PCNS a BNCC: o ensino de geografia sob o domínio neoliberal. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2017.

GIROTTO, Eduardo, Donizzete. O PIBID e o saber da experiência: uma análise a partir do subprojeto Geografia da UNIOESTE, campus Francisco Beltrão, PR. **Geografia Ensino & Pesquisa**, vol. 19, n. 3, set./dez. 2015.

LEANDRO, Aldo Gomes et al. A prática de ensino e o estágio supervisionado na uepb: reflexões a partir da formação docente. In: **10º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia**. Porto Alegre. 2009.

LESSA, Sergio. **Da contestação a rendição**. In: MOREIRA, Luciano Accioly Lemos (Orgs). Trabalho, Educação e Formação Humana, Frente à necessidade Histórica da Revolução. São Paulo: Instituto Lukács, p. 2012.

LOCATELLI, Cleomar. A Política Nacional de Formação Docente: o Programa de Iniciação à Docência no contexto brasileiro atual. **Revista Eletrônica de Educação**. Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas-TO, v.12, n.2, p. 308-318, maio/ago. 2018.

MOREIRA, Ruy. **O Discurso do avesso**: para crítica da geografia que se ensina. Contexto, São Paulo-SP, 2014.

NETTO, Jose Paulo. Introdução ao método na teoria Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, p. 07, 2011.

PENTEADO, Adriane de Lima. **A profissionalidade docente para a educação básica de qualidade social: Possibilidade do Programa Institucional de Bolsa e Iniciação a Docência (PIBID)**. 2015. 175 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015.

Projeto Político Pedagógico. **Curso de Licenciatura Plena em geografia**, Universidade de Pernambuco *Campus*-Petrolina-PE. Petrolina .2012.

SENE, Michael Wellington. **A formação inicial de professores de geografia e o Pibid: estudo de caso do programa nas universidades públicas do Paraná**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Centro-Oeste- *campus* universitário do CEDETEG. Guarapuava/PR, 2016.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. **Aula de geografia**. Bagagem. Campina Grande.2008.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias. Ensino e pesquisa em geografia. **Revista de Ensino de Geografia**: Uberlândia, v.7, n.12.p.71-81, jun.2016.

SOUZA, Vanilton Camilo. **Desafios do estágio supervisionado na formação do professor de geografia**. In: Formação Pesquisas e práticas docentes: reformas curriculares em questão.Org. ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins; FERREIRA, Joseane Abílio Sousa. Editora Mídia. João Pessoa-PB.2013

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 14ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. Disponível em<<https://www.amazon.com.br/Saberes-docentes-forma%C3%A7%C3%A3o-profissional-Maurice-ebook>>

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO. Projeto Institucional. **Programa Institucional de Bolsa e Iniciação á Docência**. Universidade de Pernambuco. *Campus* Petrolina-PE Garanhões-PE.2018.

VIOR, Susana; CERRUTI, María Betania Oreja. **O Banco Mundial e a sua influência na definição de políticas educacionais na América Latina (1980-2012)**. In: A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013) / (orgs) João Márcio Mendes Pereira e Marcela Pronko. 1 ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

Recebido em: 26/04/2020.

Aprovado em: 12/05/2020.